

Pagina Capoarte

ARTIGOS



Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil

Josivaldo Pires de Oliveira
Luiz Augusto Pinheiro Leal



SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, J. P., and LEAL, L. A. P. Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil. In: *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 43-55. ISBN: 978-85-232-1726-6. Available from: doi: [10.7476/9788523217266.004](https://doi.org/10.7476/9788523217266.004). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/96v9g/epub/oliveira-9788523217266.epub>.

Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil

A capoeira, assim como o carnaval, o samba e o futebol, faz parte do conjunto dos grandes ícones contemporâneos representativos da identidade cultural brasileira. Cada um deles possui uma história própria de ascensão, inclusão e/ou tensão em seu processo formativo como símbolo nacional. A capoeira é oriunda da experiência sociocultural de africanos e seus descendentes no Brasil. Conta em sua trajetória histórica a força da resistência contra a escravidão e a síntese da expressão de diversas identidades étnicas de origem africana. Se o carnaval, o futebol e o samba, este último, inclusive, já tombado como patrimônio cultural, alcançaram um alto nível de representação da identidade nacional ao longo do século XX, qual lugar teria a capoeira junto a essa mesma perspectiva? Afinal, tal como o futebol, a capoeira está presente em praticamente todos os lugares do mundo, do Japão ao Canadá. Ao mesmo tempo, como acontece com o carnaval e o samba, ela é uma rica expressão da cultura afro-brasileira, tanto no Brasil como no exterior. A maior prova disso foi o registro da capoeira, em 2008, como bem da cultura imaterial do Brasil, por indicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura (IPHAN/MinC).

Seu registro foi votado no dia 15 de julho de 2008, em Salvador, capital da Bahia, pelo Conselho Consultivo do

Patrimônio Cultural do IPHAN, conselho este constituído por 22 representantes de entidades e da sociedade civil, e que tem o poder de deliberar a respeito dos registros e tombamentos do patrimônio cultural brasileiro.¹ O registro possibilita o desenvolvimento de medidas governamentais de suporte à comunidade da capoeira, a exemplo de um plano de previdência social para os velhos mestres da capoeiragem; programas de incentivo para o desenvolvimento de políticas pelos próprios grupos de capoeiras com o auxílio do Estado. Além disso, há do ponto de vista de uma política estrutural para capoeira, a intenção do IPHAN, por consequência do tombamento, de criar um Centro Nacional de Referência da Capoeira.

Entretanto, no contexto de seu reconhecimento, pouco espaço foi reservado na mídia para a exposição ou debate acerca da história da capoeira. Sequer foi possível conhecer, salvo de modo panorâmico, o percurso de luta que seus praticantes vivenciaram para atingir o tão aclamado reconhecimento da arte-luta como patrimônio cultural brasileiro. A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em sua relação com o Estado brasileiro. Cabe, então, entendermos os elementos que caracterizaram e contribuíram para a formação da capoeira como um símbolo diferente da identidade brasileira e a sua justificação como o mais recente bem cultural, registrado pelo governo brasileiro como patrimônio nacional.

Buscamos, no presente ensaio, apresentar a experiência da capoeira no processo de formação da identidade brasileira, con-

¹ As informações sobre a cerimônia de tombamento da capoeira, ocorrida em Salvador, BA, têm como fonte as notícias veiculadas na imprensa nacional e local, a exemplo dos jornais *Folha de São Paulo* (SP), *A Tarde* (BA) e *Correio da Bahia* (BA), assim como o *site* oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

catenada com o registro recente desta prática como patrimônio cultural brasileiro. A estratégia de argumentação partirá de uma revisão de sua história e dos significados da prática em diferentes espaços e contextos do território nacional. Além disso, terá como interlocutor a recente produção historiográfica existente em torno deste saber tradicional. Desse modo, cremos ser possível compreender o paradoxo de uma prática cultural que passou mais de meio século criminalizada e, mesmo assim, conseguiu mudar seu futuro. Na primeira parte deste ensaio, apresentaremos uma análise sobre o recente episódio do reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro. Em seguida, retomaremos os elementos constituidores de sua história, visando a interpretá-la como pertencente ao conjunto de símbolos que constituem a identidade nacional.

A capoeira patrimônio: o percurso do reconhecimento

Desde 1936, ainda no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, denominação antiga do IPHAN), de autoria de Mario de Andrade, que a capoeira já poderia ter sido registrada como patrimônio da cultura imaterial brasileira. Segundo os critérios do SPHAN, para que uma obra fosse considerada Arte Patrimonial, teria que pertencer a uma das categorias listadas pelo referido órgão, entre as quais se encontra a categoria intitulada: Arte Popular.² Entretanto, o registro da

² As categorias estabelecidas pelo órgão federal do patrimônio artístico nacional eram em número de oito e seguiam a seguinte ordem: “1-Arte Arqueológica; 2-Arte Ameríndia; 3-Arte Popular; 4-Arte Erudita Nacional; 5-Arte Erudita Estrangeira; 7-Artes Aplicadas Nacionais; 8-Artes Aplicadas Estrangeiras”. MALHANO, Clara Emília Sanches de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 266.

capoeira como patrimônio cultural brasileiro iria aguardar ainda muitas décadas, pois essa prática cultural ainda não era tomada como um elemento de identificação da cultura brasileira, o que definia o conceito de patrimônio nacional. Pelo contrário, a capoeira ainda era considerada como crime pelo Código Penal vigente. Seria um paradoxo retirá-la da criminalidade e logo em seguida reconhecê-la como patrimônio.

O patrimônio era entendido como um bem de alto valor material e simbólico para a nação, a exemplo dos monumentos arquitetônicos. Entendia-se que havia valores comuns, compartilhados por todos. O que era determinado como patrimônio, era entendido como excepcional, belo, exemplar, que representava a nacionalidade de uma forma ou de outra. Elementos que hoje caracterizariam muito bem a capoeira, na época, devido à trajetória e aos significados da prática, não poderiam ser considerados.

Nessa perspectiva, a capoeira atendia um padrão estético e simbólico extraocidental, não correspondendo ao que se estabelecia como referencial de cultura nacional. Os símbolos veiculados pela prática da capoeira estavam carregados de valores produzidos na experiência afro-diaspórica no Brasil, além da carga de marginalidade que o agente da capoeiragem suportava por conta da criminalização que restringia a prática e seus valores socioculturais desde o século XIX.

Com a reformulação do conceito de patrimônio, experimentada nas décadas posteriores, o valor cultural, a dimensão simbólica que envolvia a produção das culturas, expressas nos

³ RAMBELLI, G.; FUNARI, P. P. Patrimônio cultural subaquático no Brasil: algumas ponderações. *Práxis Arqueológica*, Porto, n. 2, p. 97-106, 2007.

⁴ Ver entre outros: LEAL, Luiz Augusto. Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano (1889 – 1906). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, 2005, OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*, 2005.

modos de uso dos bens, foi possível a incorporação de uma nova definição de patrimônio. Segundo Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro, “a alteração [do conceito de patrimônio] também se deu em face da constatação de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência apenas as culturas ocidentais”.⁵ Nessa perspectiva, a capoeira se aproximava da possibilidade de ser reconhecida como patrimônio da cultura brasileira. Entretanto, ao tempo em que a noção de patrimônio cultural se ampliava a capoeira se tornava, pela experiência que ela produzia junto aos diferentes segmentos sociais da sociedade brasileira, um símbolo particular de nacionalidade brasileira.

Capoeira e identidade nacional: significados históricos

A compreensão da formação da identidade nacional brasileira passa necessariamente pelos debates e projetos racialistas e racistas que permearam os bastidores intelectuais e políticos no Brasil, desde a segunda metade do século XIX. Conde Gobineau, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, entre outros, são invocados para representar aqueles que viam como uma influência negativa a presença negra na constituição da nação brasileira. A eugenia, inspirada por estes intelectuais, fundamentava medidas políticas que visavam ao embranquecimento da população brasileira no menor tempo possível. Entre tais medidas, destacam-se as diversas campanhas em favor da migração européia para o país e a violenta repressão às práticas culturais de matriz africana em favor

⁵ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

de modelos culturais europeus. É justamente nesta segunda medida, confirmadora do projeto de embranquecimento cultural do Brasil, que podemos encontrar a experiência da capoeira como uma resistência negra relacionada à formação da identidade nacional e, por conseguinte, como patrimônio cultural brasileiro.

Os significados atribuídos à capoeira, através de diferentes discursos, variaram bastante ao longo de sua história. Durante a maior parte do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, a capoeira sempre esteve associada ao mundo do crime. Poucas vezes ela foi compreendida como uma prática cultural pertinente à sociedade brasileira. Sua prática, contudo, iria experimentar uma outra significação a partir da década de 1930. Passaria de crime previsto no Código Penal para uma luta considerada genuinamente brasileira. Por trás desta nova significação, estavam alguns cientistas sociais que inovaram os estudos sobre o negro no Brasil ao substituírem, em suas interpretações, a categoria “raça” pela de “cultura” (destacam-se nesse aspecto os trabalhos de Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre). Posteriormente, a capoeira também seria resgatada como cultura nacional, a partir das obras de Jorge Amado, Carybé e Pierre Verger. Literatura, pintura e fotografia foram, respectivamente, os instrumentos de divulgação das principais características positivas daquela arte-luta. Claro que esses intelectuais não estavam dando atenção exclusiva para a capoeira, mas sim a uma boa parte das manifestações culturais afro-brasileiras. Naquele momento, ainda não existia uma produção historiográfica especificamente voltada para o estudo da capoeira. Os homens das ciências e das artes citados acima buscavam aprofundar seus estudos e trabalhos acerca da experiência africana no Brasil. Seus trabalhos partiam da evidência das manifestações afro-culturais presentes em todo o país.

Associados a esta nova postura intelectual e artística frente às tradições de matrizes africanas, diversos interesses políticos e ideológicos também influenciaram a variação dos significados atribuídos à capoeira. O conhecimento da capoeira haveria de respaldar muitos sucessos e conflitos através da ação de capangas políticos. A capangagem foi no Rio de Janeiro, em Belém e em Salvador, foi um dos trabalhos assumidos pelos capoeiras que mais deram visibilidade para a sua prática⁶. Nos processos eleitorais, desde a Monarquia até a primeira República, os príncipes dirigentes políticos das cidades citadas solicitavam a ação de capoeiras na hora de decidir o pleito eleitoral. Além do projeto de embranquecimento da população e, por extensão, da cultura brasileira, foi justamente a ação do capoeira como capanga político que inspirou a inserção da capoeira como crime no Código Penal republicano, sob a epígrafe “Dos vadios e capoeiras”.⁷ Portanto, tratava-se de uma criminalização política tanto quanto social. Em oposição a tal criminalização, de 1890 até 1937, surgiram, como alternativas funcionais para a capoeira: a sua valorização simbólica no âmbito da reafirmação dos costumes, a partir da década de 1940 na Bahia; a esportivização da prática, experimentada inicialmente nos anos 1960, com a migração de mestres baianos para São Paulo e Rio de Janeiro e oficializada em 1972 por portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC); e, recentemente, a sua patrimonialização, cujos resultados ainda estão sob avaliação, tal como será discutido mais à frente. Estes, então, seriam os principais horizontes apontados para o futuro

⁶ SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição*, 1999, LEAL, Luiz Augusto. *Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano*, 2005, OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*, 2005.

⁷ BRASIL. *Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil – 1890*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 590. Comentado por Oscar de Macedo Soares.

da capoeira: interesses que correspondiam – e correspondem – a projetos de intervenção externa na capoeira, mas que na maioria dos casos também foi (é) apoiada por capoeiras que buscavam (buscam) viver de seu ofício.

Além da variação de significados e interesses expressos através de diferentes discursos, as características da capoeira também se modificaram ao longo do tempo. Soares, estudando a primeira metade do século XIX, demonstra que ela foi citada na documentação policial, como uma atividade predominantemente de escravos.⁸ Contudo, em pesquisa que abrangia a segunda metade do mesmo século, o historiador encontrou elementos que demonstravam a prática da capoeira também entre outros grupos sociais. Juntamente com negros e escravos, havia brancos, livres, estrangeiros e até membros da alta sociedade participando ativamente do fenômeno da capoeiragem. Seria neste momento que alguns objetos, como facas, navalhas e cacetes, passariam a ser associados aos capoeiras. Sabe-se que muitas destas características foram herdadas ou constituídas a partir do contato entre culturas marginais diversas – como é o caso do uso de cacetes e navalhas entre os fadistas portugueses, cuja utilização se estendeu até o Brasil.⁹

No século XX, o referencial da capoeira se volta para a Bahia, onde na década de 30 foi criada a chamada Capoeira Regional e logo em seguida, como resposta a ela, se organiza a capoeira Angola.¹⁰ Ambas, segundo Vieira e Assunção, foram fruto de

⁸ SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*, 1998.

⁹ *Ibid.*, 171-174.

¹⁰ A chamada “capoeira regional” está associada a Manuel dos Reis Machado (1900-1974), conhecido por mestre Bimba. Quanto à “capoeira angola”, seu principal mentor foi Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981), conhecido por mestre Pastinha. Ambos baianos, aprenderam a capoeira com africanos que ainda viviam em Salvador, capital da Bahia, no início de século XX.

uma adequação ou modernização da capoeira, frente a um novo contexto histórico-social.¹¹ As duas modalidades se opunham a uma outra espécie de capoeira – ancestral de ambas – que, conforme os discursos repressivos e até mesmo segundo alguns mestres mais antigos, era refúgio de “desordeiros e valentões”.¹² A mudança de significado, ocorrida a partir da década de 20 do século passado, refletiu tentativas de manipulação política. Por consequência, acabou colaborando para transformar a capoeira em objeto de consumo, via folclorização. Essa nova característica não passou despercebida aos olhares da época:

A capoeira não é mais a de Besouro, de Mangangá, Samuel Querido de Deus, de Juvêncio Lamite, Pastinha e outros. É uma dança feita para turistas, fácil de ver nos mercados (na alta estação) e nas festas do largo.¹³

Como pode ser constatado com a memorialista Hildegardes Vianna, havia um grande descontentamento entre os letrados, e até mesmo entre os próprios praticantes, quanto aos rumos que a capoeira tomava. Aqui a capoeira “tradicional”, representada por alguns dos grandes ícones de seu passado, era citada como referência oposta à sua transformação em atração turística e co-

¹¹ ASSUNÇÃO, Mathias R.; VIEIRA, Luiz Renato. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Cândido Mendes, n. 34, p. 81-120, 1999.

¹² Além de mestre Pastinha, mestre Noronha também faz um comentário nesse sentido, tratando da repressão à capoeiragem baiana: “É a origem que as autoridades têm ódio porque é um grupo de desordeiro e para dar combate ao desordeiro as autoridade tomou esta providência [:] prender e deportar para [a] ilha de Fernando [de] Noronha para dar fim aos desordeiro” [sic, para todo o trecho]. COUTINHO, Daniel (Mestre Noronha). *O ABC da capoeira angola: os manuscritos do mestre Noronha*. Brasília: DEFER: CIDOCA, 1993. p. 70.

¹³ VIANNA, Hildegardes. *Folclore brasileiro: Bahia*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981. p. 28.

mercial. Em nossos dias, poderíamos imaginar as mesmas críticas voltadas ao seu processo de mercantilização internacional, quando a preocupação com a aquisição financeira imediata se sobrepõe às características lúdicas da capoeira.

Durante vários anos, a dicotomia Regional/Angola foi predominante no meio da capoeiragem do século XX, no entanto já existe um movimento dos descontentes com a divisão da capoeira em dois pólos, portanto, supostamente opostos, e que defendem a idéia da capoeira como uma prática única. Nomes não faltariam para identificar a nova tendência. E assim surge a capoeira intitulada de *contemporânea*, por alguns, *angonal* por outros e, ainda, *atual* por terceiros.¹⁴ Dessa forma, a experiência social da capoeira é algo que vai bem mais longe do que uma simples invenção (com o sentido de algo terminado, acabado) de uma prática cultural. Ela é, na verdade, uma “constante” reinvenção (algo que está em constante construção). Isto significa que em cada momento histórico a prática da capoeira possui significados e características próprias.

A noção de invenção de tradição é abundantemente utilizada entre os pesquisadores da capoeira e se inspira na idéia de “tradição inventada”, do historiador britânico Eric Hobsbawn.¹⁵ O conceito, algumas vezes, parece estático, se vinculado à experiência de reinvenção cultural específica da capoeira pois se em dado momento ela é tida como prática de africanos, depois passa a ser predominantemente de crioulos; se é de escravos, incorpora livres; se é de negros, inclui brancos e mestiços; e se é de margi-

¹⁴ ASSUNÇÃO, M. R.; VIEIRA, L. R. *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira*, 1999, p. 46.

¹⁵ HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

nalizados, recruta membros da elite. No entanto, a “invenção de tradição” é um discurso elaborado por um determinado grupo social que pretende assumir o controle político de alguma manifestação cultural. Seu método é reinventar a história do surgimento da referida prática de forma a legitimar seu poder frente aos outros grupos que também participam da mesma atividade cultural. Isso ocorreu com a capoeira a partir da segunda década do século XX, quando novos elementos foram acrescentados a ela para caracterizar e constituir o que a prática é em nossos dias (diferenciação em “escolas”; formação de bateria com berimbau e outros instrumentos; uniformização; academização; internacionalização; e agora o seu reconhecimento como patrimônio cultural da nação).

A trajetória histórica dos praticantes da capoeira no Brasil lembra o que ficou conhecido na historiografia como a “história dos marginais”.¹⁶ Uma história que trata de certos indivíduos que estariam sendo apontados como marginais em determinado momento – portanto, excluídos da sociedade devido às suas qualificações “negativas” – e que seriam “assimilados” em outra ocasião, graças aos benefícios que poderiam trazer à mesma sociedade ou a grupos particulares. A alteração do significado atribuído a esses indivíduos (ou às suas práticas socioculturais) ocorreria conforme as conveniências dos que a eles se referiam. Seria este o caso da capoeira que foi criminalizada por mais de meio século, com o Código Penal republicano, e agora, após 118 anos da criminalização, foi declarada como Patrimônio Cultural do Brasil? Possivelmente, pois, como vimos acima, foi desse modo que a trajetória da capoeira reinventou sua condição de transgressão penal em patrimônio cultural

¹⁶ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 271-273.

Capoeira: identidade e patrimônio cultural brasileiro

A relação entre a capoeira com a formação da identidade nacional se dá no sentido polêmico e às vezes contraditório descrito anteriormente. Ao longo de sua história, este saber cultural integrou os mais variados projetos (repressivos ou não) e recebeu, por consequência, diferentes significados. Predominavam, nos discursos voltados para a ação do capoeira, propostas que se alternavam entre a tolerância relativa e a perseguição rigorosa. Nesse sentido, os capoeiras tiveram seus momentos de “valorização” nos últimos anos da Monarquia, devido à participação na Guerra do Paraguai (a capoeiragem, no Rio de Janeiro, até chegou a ser associada ao Partido Conservador). Mas logo que a República foi proclamada a situação se inverteu. A capoeira passou a ser considerada como um crime no então recém elaborado Código Penal republicano. Deportações em massa ocorreram no Rio de Janeiro e no Pará, mesmo que em proporções diferentes. Assim, se ao longo do Império a prática da capoeira no Brasil foi criticada, mas não fortemente perseguida, com o advento da República ela foi criminalizada e até mesmo apontada como uma organização de resistência ao novo regime.

Tudo isso serve para demonstrar, mesmo brevemente, que a história da capoeira apresenta em toda sua extensão a peculiaridade de ser a história de uma dinâmica cultural em reinvenção constante e que qualquer tentativa de analisá-la no passado, com elementos do presente, poderá levar o estudioso a incorrer em graves equívocos. Nesse sentido, toda investigação histórica e, por conseguinte, atribuição simbólica relacionada à capoeira, em qualquer momento e lugar em que ela esteja ocorrendo, necessita de uma interpretação adequada para o seu significado no referido contexto. Afinal, desde o final do século XIX, a capoeira

é um fenômeno cultural que tem se manifestado por quase todo o território brasileiro.¹⁷ Tornou-se um fenômeno inusitado de representação da identidade nacional às avessas. Ou seja, carrega em si o paradoxo de ser uma arte marginalizada pelos diversos projetos nacionais e ao mesmo tempo um instrumento incomparável de divulgação da história e da cultura brasileira pelo resto do mundo. Além disso, antes mesmo de qualquer debate político ou acadêmico sobre o assunto, a capoeira já era, em sua vivência e ensino, um meio excepcional de ação afirmativa da identidade brasileira, em especial aquela produzida pela experiência do ne-gro no Brasil.

É com base nesse delineamento histórico e suas multifacetadas significações históricas e culturais que esta prática passa a fazer parte do registro dos bens culturais brasileiros, ou seja, a capoeira é tombada como patrimônio da cultura imaterial do Brasil. Tal ato seria uma manobra política de grande envergadura para os novos delineamentos socioculturais da capoeira no Brasil e não simplesmente um registro oficial daquilo que ela já consolidou pela sua própria experiência, ou seja, sua evidência como patrimônio da cultura brasileira. Entretanto, considerando os projetos anteriores de políticas públicas do governo voltadas para a capoeira (criminalização, folclorização e esportivização), cabe dizer que os capoeiras precisam estar atentos frente às consequências políticas do reconhecimento da sua arte-luta como patrimônio da cultura brasileira.

¹⁷ LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.